

A dívida dos sentidos nas sociedades primitivas: o egoísmo como motor do processo de transição

Leonardo Eggres

Graduando de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
e-mail: leoeggres@hotmail.com

Resumo: A partir da análise da perspectiva de Nietzsche sobre o egoísmo inerente ao ser, contida no livro *Humano, demasiado humano*, postula-se este trabalho, inserindo algumas concepções filosóficas nas lacunas fragmentadas da história, referente ao processo de transição caracterizado pela modificação das sociedades primitivas para a constituição dos primeiros Estados, como o Egito. Nesse contexto, também ocorre uma mudança crucial no desencadeamento dos fatos, que atinge o alicerce central dessas organizações primitivas: a religião. Portanto, é fundamental também analisar a “Dívida do Sentido” e as implicações da mesma na sociedade e na constituição dos Estados, posto que, é por intermédio da sua deturpação – ligada à perspectiva de egoísmo do filósofo Nietzsche – que a sujeição moral igualitária dos indivíduos às divindades vai transformar-se em uma relação com um intermediador, alguém que vai interpor-se entre a divindade e o povo, como por exemplo, a figura do Faraó no Egito Antigo.

Palavras-chave: Egito; primeiras sociedades; Nietzsche; egoísmo.

Abstract: From the analysis of Nietzsche’s perspective about selfishness intrinsic to the being, contained in his book *Human, all too human*, this work is postulated, inserting some philosophical conceptions in the fragmented gaps of history, regarding to the transition process characterized by the modification of primitive societies to the formation of the firsts organizations led by sovereigns, such as the Egypt. In this context, it also occurs a crucial change in the onset of the facts, which reaches the central foundation of these primitive organizations: religion. Therefore, it is also essential to analyze the “Debt Sense” and the implications of it in society and in the constitution of the States, since it is through its misrepresentation – connected to Nietzsche’s perspective of selfishness – that the egalitarian moral subjection of the individuals to the deities will turn into a relationship with a mediator, someone that will come between the deity and the people, like, for example, the figure of the Pharaoh in the Ancient Egypt.

Keywords: Egypt; first societies; Nietzsche; selfishness.

1. Introdução

A elaboração do presente trabalho sobre a instituição da sujeição dos homens a outro homem, vinculada ao egoísmo, requer muito esforço, pois é referente a um as-

sunto com inúmeros óbices, dentre os quais se encontra a escassez de fontes e o ínfimo número de profissionais especializados no tema. Em contrapartida, é providencial o estudo do tema, porquanto a partir do momento em que se institui uma espécie de hierarquia, dá-se um salto colossal para o desencadeamento dos fatos que sucederam: a constituição do estado egípcio e a presença fundamental da religião nessa sociedade.

Logo, usando da metodologia do estudo comparado, redijo relacionando os dados existentes acerca do assunto com algumas concepções filosóficas, sobretudo as do alemão Nietzsche¹, para que, dessa forma, seja concluído o objetivo de entender o porquê desse salto substancial para a humanidade como um todo. Para a compreensão plena desse pensamento, é necessário entender primeiro o fator em comum das sociedades primitivas: a alta religiosidade.

2. As sociedades primitivas, a transição para o Estado e o Egoísmo

2.1. A dívida do sentido

Nas sociedades primitivas, a organização social era baseada na propriedade comunal da terra, sendo um produto da elevada religiosidade que permeava essas sociedades. Essa religiosidade era crucial, posto que para essas sociedades, as divindades interviam ou eram a causa e consequência dos mais diversos acontecimentos, desde o ciclo anual de chuvas até questões mais simples como o trajeto que a seta fazia para atingir o animal desejado. Não obstante, esses indivíduos que viveram nessa época anterior à formação de um estado eram completamente sujeitos a divindade que os regia. Mas e como se dava essa relação? E por que de fato havia essa relação?

A associação que um determinado povo tinha com as suas divindades era hierárquica, bipartida e simples: todos – sem exceção ou distinção sexual, profissional ou funcional – eram *igualmente* sujeitos à fluidez dos acontecimentos ligados à entidade divina. Dessa forma, concebe-se uma submissão moral conjunta de todos os indivíduos a um ser que está hierarquicamente superior a eles nessas sociedades. Mas qual é a essência dessa subjugação?

Pois bem, intrínseco ao homem está o que alguns filósofos chamam de "necessidade metafísica", ou seja, é a necessidade do estudo do ser enquanto ser e a especulação em torno dos princípios e das causas primeiras do ser. Esse conceito remete à pergunta do por que havia essa interação entre uma sociedade inteira e uma ou mais divindades, haja vista que - como até hoje - naquela época também havia a preocupação com a origem do homem, o significado da vida, o que de fato era a vida, quem criou a natureza, questões das mais complexas sugestões e respostas hipotéticas, e para solvê-las eis que recorrem à explicação mais corriqueira: O mito.

Nesse contexto, eis que surge o mito fundador, uma tradição oral que resolve todas as lacunas existenciais no pensamento desses indivíduos. Nesses mitos, a origem do homem está ligada a acontecimentos complexos vivenciados por seres divinos, que

¹ Friedrich Nietzsche, (1844-1900) foi um filólogo, filósofo, crítico cultural, poeta e compositor alemão. Escreveu sobre diversas áreas temáticas, como religião, moral, filosofia e ciência.

implicaram a origem e significado do homem. É exatamente nesse ponto que compreendemos a completa sujeição igualitária de uma sociedade a uma ou mais entidades divinas, porquanto, ao justificar a existência do mundo e do homem com um mito, em que o motor fundamental é algo externo ao conhecido, ou seja, uma divindade, o ser humano acaba criando uma espécie de dívida para com estes que o conceberam.

Dívida do sentido: aquilo que durante milênios os homens reconheceram dever aos deuses, o que as sociedades, mais ou menos desde sempre, acreditaram dever às determinações dos outros, aos decretos do Além ou às vontades do invisível (GAUCHET, 1980, p. 51).

Gauchet postula um trabalho que circunda exatamente essa temática, afirmando que a sujeição moral às divindades ocorre em função da justificativa existencial que estas deram às origens e ações do homem - uma espécie de dádiva divina - e, destarte, esses indivíduos deveriam "sanar" essa dívida, através do culto, de cerimônias e, sobretudo, com sacrifícios. Nesse contexto, surge o estado para gerir a primeira separação de classes da história, fazendo com que ocorra a transferência da alteridade para dentro da sociedade, porquanto as primeiras sociedades se pensavam privadas de toda a ação eficaz sobre si mesmas e não reconheciam o direito de estabelecer sua ordem interna, logo, *não* eram "donos" de si, livres de sua organização e capazes de se transformar livremente.

Por suas relações com outros homens, o homem adquire um novo tipo de *prazer* que se junta às sensações de prazer que ele tira de si próprio; por este meio, estende consideravelmente o domínio do prazer em geral [...] As *manifestações similares* de prazer despertam a imagem da simpatia, o sentimento de ser semelhante: o mesmo fazem também os sofrimentos comuns, as mesmas tempestades, os mesmos perigos, os mesmos inimigos. Sem dúvida, é sobre isso que então se baseia a mais antiga aliança, cujo sentido consiste numa libertação e numa proteção comum de um dissabor iminente, em proveito de cada indivíduo. E desse modo o instinto social surge do prazer (NIETZSCHE, 2007, p. 97).

Nesse excerto, Nietzsche acresce Gauchet na conclusão de que existia uma sujeição moral igualitária, pois ao afirmar que havia uma aliança entre os homens em função de tempestades, perigos e inimigos, porque também não estender essa união ao âmbito religioso? Enfim, a questão é que havia essa sujeição moral igualitária nas sociedades primitivas, já que os cultos, sacrifícios e todas as outras manifestações de submissão ao invisível divino eram praticados coletivamente, sendo, por vezes, o motor das decisões acerca dos mais diversos fatores. Para entender plenamente essa subordinação dos povos às suas respectivas divindades, é providencial salientar que os seres humanos *sempre* atribuíram a sua existência aos deuses componentes dos mitos fundadores, concebendo, assim - conforme já mencionado -, uma dívida que deveria ser paga perpetuamente por todos, conjuntamente.

2.2. O Egito

Dessas sociedades primitivas da “proto-história” ocorre a transição para a constituição dos primeiros estados, dentre eles o eminente Egito, cuja estrutura de coerção divina será analisada no presente artigo. Assim como as sociedades primitivas supracitadas, o Egito também é caracterizado por uma alta religiosidade compondo um dos alicerces que estruturariam a sociedade, a economia e a política desse estado. Vale salientar que há discordâncias enormes já na formulação e compreensão dessa religiosidade tão peculiar que é a egípcia. Uns dizem que “a religião é produto da superposição e organização das divindades dos nomos” (CARDOSO, 1996, p. 87). Temos, portanto, a religião enraizada nesse processo de mudança que culminou com a formação do estado egípcio. Outros historiadores levantam e ao mesmo tempo refutam outras ideias, mostrando assim o quão há de ser complicado elaborar um estudo concreto desse período.

A explicação totêmica da religião não é plenamente satisfatória, primeiro porque o sistema egípcio não agrupa todos os elementos do totemismo. Ela se enquadra igualmente mal com a antropomorfização e com a passagem à abstração das cosmologias da época ou com o delicado problema da hipóstase, que está no coração do sistema teocrático. Isso não impede certos pontos de convergência com as concepções totêmicas, essencialmente africanas, embora não possamos falar de empréstimos estruturais feitos a esses sistemas (GRIMAL, 2012, p. 40).

Logo, para melhor compreender a relevância da dívida do sentido na sociedade egípcia, faz-se necessária uma breve elucidação sobre o funcionamento da religião na mesma:

A religião penetrava intimamente todos os aspectos da vida pública e privada do Antigo Egito. [...] Cerimônias eram realizadas pelos sacerdotes cada ano para garantir a chegada da inundação e o rei *agradecia* a colheita solenemente às divindades adequadas (CARDOSO, 1996, p. 92-93).

Flamarion Cardoso evidencia o quão inerente era a religião à sociedade dos egípcios; em contrapartida, é crucial salientar que agora há a figura do faraó e de seu corpo sacerdotal, que são nada menos que os interlocutores entre a voz divina e o povo, esses membros eram também responsáveis pela liderança espiritual. Nota-se bem quando Flamarion Cardoso postula que o rei “agradecia” a colheita às divindades – esse agradecimento era feito em nome do povo para o povo, haja vista que é um indício do prosseguimento da dívida dos sentidos, visto que era feito de tudo para agradar essas divindades, com cujas representações eram compostos os mitos fundadores. Não obstante, a sujeição referente à dívida não se reduzia apenas a agradecimentos e cerimônias, mas também eram misturados elementos físicos com elementos cosmológicos para produzir um conhecimento ou justificativa metafísica, por exemplo.

A ereção de templos era atribuição exclusiva dos faraós [...] os templos eram representações simbólicas do universo e a sede de operações mágicas destinadas a evitar a destruição cósmica (CARDOSO, 1996, p. 89-90).

Vemos então como uma estrutura física – como os templos – associada à cosmologia travestida em representações simbólicas do universo implicava questões metafísicas como a iminente destruição do universo pelo caos.

2.3. O cerne

A transformação dada pelo processo de formulação dos primeiros estados em detrimento de características primitivas acarretou inúmeras mudanças estruturais nos mais diversos âmbitos. Dentre elas se destaca no Egito, a mudança hierárquica caracterizada pela modificação de um sistema de igualdade na sujeição perante as divindades para um sistema hierarquizado em um formato tripartite onde se constituía um entreposto entre a divindade e o povo: o faraó.

[...] Por esse ângulo, a instituição faraônica pôs ordem no Egito ao colocar o faraó como intermediário entre o mundo divino e o mundo humano. Por patentear a ordem e a estabilidade [...] o faraó simbolizou – de maneira plástica inigualável – a oposição entre a ordem e o caos (BAKOS e BARRIOS, 1999, p. 18-19).

Essa mudança na relação *direta* entre os indivíduos e as divindades que os regiam é demasiada interessante de se analisar, visto que a igualdade na submissão existente primitivamente é substituída por uma relação *indireta* onde as ações e temperamentos das divindades eram passados ao povo por intermédio do faraó e de seu corpo sacerdotal; todavia, como isso ocorreu? Por que surge a figura do faraó em meio a uma sociedade igualmente submetida ao jugo moral das entidades divinas? Ou seja, por que alguém deu esse salto e saiu da igualdade perante todos e se interpôs entre seu próprio povo e a divindade, elevando-se na hierarquia moral? Ou melhor, como diria Gauchet (1980, p. 52),

limitamo-nos a perguntar: essa dessimetria entre senhores e súditos, esta distância instaurada entre governantes e governados, esta privação da comunidade em proveito dum poder que se separa dela, terão saído do nada?

Veja bem, não há consenso pleno entre os historiadores sobre o que de fato instigou alguém a assumir o controle social, político e, sobretudo, religioso. Alguns dizem que está ligado àquela questão circundante ao prestígio – ou seja, o reconhecimento de um indivíduo por suas habilidades como guerreiro, caçador ou atitudes –; outros simplesmente nem sequer fazem menção em seus "manuais" sobre o Egito a esse período de transitoriedade e completo vazio histórico, até porque também não há fontes concre-

tas e providenciais referentes a essa fase complexa. Portanto, todo e qualquer tratado ou afirmação acerca desse período – atualmente – é na sua acepção maior uma hipótese.

Para responder às perguntas supraelaboradas, não se pode recorrer a aspectos econômicos, sociais ou políticos, pois além de haver uma gama de discrepâncias entre as sociedades primitivas existentes – sejam elas as que futuramente iriam compor o Alto e o Baixo Egito, ou as sociedades primitivas numa visão global – também não há fonte material suficiente para constituir a resposta para essas perguntas. Destarte, o essencial para a descoberta do que de fato ocorreu deve ser algo intrínseco ao homem, que com toda certeza pertencia àqueles seres. Esse algo não pode ser físico de fato, pois pressuporia um resquício, que conforme supracitado, não há.

Então esse algo intrínseco ao ser e substancial para a elucidação das respostas, que tangem o porquê e a motivação para a derrocada da sujeição moral igualitária perante as divindades, abarca um âmbito que cada vez mais vem sendo explorado pelos historiadores: a filosofia. Nesse contexto, a filosofia do alemão Friedrich Wilhelm Nietzsche é um bom suporte para tentar justificar esse processo de mudança, revelando aspectos intrínsecos e muitas vezes despercebidos da humanidade.

2.4. A filosofia e o homem

As indagações presentes na filosofia sempre foram inerentes ao homem. Nada mais plausível, então, do que conceber um estudo comparado reunindo tanto a filosofia quanto a história dos homens. Os filósofos postularam - em seus mais diversos estudos - inúmeras percepções acerca do homem, que podem ser extremamente úteis ao estudo do mesmo, logo, embasar-se em um pensamento de um filósofo pode sim ser uma prática para sustentar uma argumentação. No presente artigo, o principal filósofo em questão é Nietzsche. Niilista convicto, dedicou-se a estudar, dentre outros campos, a essência do homem e em diversos trabalhos afirmou que havia algumas características intrínsecas ao ser humano, destas, a que instigou a elaboração desse trabalho é o egoísmo.

A concepção de egoísmo para Nietzsche é branda, posto que sua obra é vasta e incompleta, tendo em vista que algumas obras foram publicadas postumamente. Destarte, foi necessária a segregação de uma obra em especial para a elaboração do trabalho, posto que, conforme o decorrer dos anos, o ser humano tende a amadurecer e mudar algumas ópticas, e por isso selecionou-se o livro *Humano, demasiado Humano* (1878), integrante da parte inicial de sua carreira, para tecer os argumentos. Nesse livro, o próprio autor refere-se ao mesmo como uma tentativa de estabelecer uma relação entre o passado bárbaro da humanidade com o pensamento filosófico, científico e religioso de sua época.

No decorrer do livro, Nietzsche questiona a ideia de altruísmo, valendo-se para isso do embasamento de alguns filósofos gregos como Aristóteles². Nietzsche aborda o altruísmo para desvendá-lo e classificá-lo como uma máscara para travestir o interes-

² Aristóteles, eminente filósofo grego, contribuiu para a perspectiva de Nietzsche acerca da ética e da moral humana ante a sociedade, sobretudo no livro *Ética a Nicômaco*.

se próprio e suas ideias produzem reflexões instigantes: existe mesmo altruísmo? A humanidade é altruísta? Para Nietzsche, o ser humano *é* egoísta, ou seja, o egoísmo não é simplesmente um estado ou uma ação isolada dita egoísta, mas sim uma característica *inerente* ao ser, capaz de incitar ou direcionar *todas* as ações dos indivíduos.

Em primeiro lugar, um ser que fosse capaz unicamente de ações desprovidas de todo egoísmo seria mais fabuloso ainda que a ave Fênix; nem sequer se pode conceber claramente esse ser, quanto mais porque qualquer ideia de "ação não egoísta" se esvai como fumaça se submetida a uma análise rigorosa. Jamais um homem fez o que quer que fosse exclusivamente para os outros e sem qualquer móvel pessoal; como poderia ele fazer o que quer que seja que não tivesse relação com ele, portanto, sem uma necessidade interior [...] Como o *ego* conseguiria agir sem o ego? (NIETZSCHE, 2007, p. 128).

Então, conforme supracitado, Nietzsche não acreditava que a humanidade fosse altruísta, ele sequer concordava que existia uma ação altruísta. Para ele uma pessoa não convive ou se relaciona com outra porque gosta dessa pessoa, ou porque sente algo *por ela*, mas sim se relaciona ou convive porque as sensações e sentimentos que ela sente na companhia dessa pessoa dão prazer para si próprio. Em outras palavras, as pessoas usam a companhia das outras para sentir prazer próprio. "Não amamos nem pai, nem mãe, nem mulher, nem filho, mas os sentimentos agradáveis que eles nos proporcionam" (NIETZSCHE, 2007, p. 128) Nessa perspectiva, o egoísmo estaria intimamente ligado ao ser humano, sendo para isso uma característica imutável; logo, as pessoas do século XXI agem sempre visando o próprio benefício, assim como os indivíduos anteriores ao estado. Percebemos no pensamento de Nietzsche aspectos das filosofias de Schopenhauer³ e de Aristóteles, este último já outrora postulava que uma das características pertencentes às ações humanas era o objetivo comum a todas: o "bem aparente", ou seja, as ações sempre visam o bem próprio, mesmo que mascarado sob uma ação considerada benéfica para outrem.

Pois bem, a perspectiva de Nietzsche do que é de fato o egoísmo no homem encaixa-se de tal modo que todas as questões acerca do processo de formação de um estado teocrático a partir de uma sociedade igualmente submissa a uma divindade são de-veras solvidas. Isso porque é extremamente pertinente e plausível que a derrocada do sistema de igualdade na submissão moral dos indivíduos às suas divindades, seja uma implicação do compilado de situações e ações egoístas dos seres daquela época. Esse processo de elevação de um ser ao status de soberano de um povo pode ter se dado por alguns fatores determinante.

O primeiro fator é o cenário. Uma sociedade com seus componentes intrinsecamente egoístas é um cenário altamente propenso ao acontecimento dos mais diversos entraves potencializados por pensamentos divergentes em função do interesse das pessoas envolvidas, ou seja, podemos dizer que

³ Arthur Schopenhauer (1788-1860) foi um filósofo alemão, que com sua obra influenciou uma longa lista de pensadores, como Nietzsche, Richard Wagner, Einstein, Freud, Jung, Tolstói e Thomas Mann.

Cada qual considera a própria morte como se fosse o fim do mundo inteiro, enquanto sente a morte das pessoas que conhece com muita indiferença, ao menos quando não está nisso interessado. Na consciência que atingiu a mais alta perfeição, na consciência do homem, o egoísmo, bem como a inteligência, a dor e a alegria, deve ter adquirido o mais perfeito desenvolvimento e o conflito que provoca entre os indivíduos deve acentuar-se de modo espantoso, tendo o egoísmo como causa (SCHOPENHAUER, s.d., p. 440).

A tensão dentro das comunidades primitivas deve ter ascendido em virtude do prosseguimento nas execuções de ações egoístas no decorrer do tempo. Desse modo, uma sociedade onde há divisões internas é altamente inclinada ao rompimento de algum paradigma. Nesse caso, em virtude do egoísmo ter-se-ia cessado essa sujeição moral às divindades.

O segundo fator é o descrédito em uma divindade. Somando-se a problemática do caos dado pelo acúmulo de ações egoístas na sociedade, pode ter havido uma reflexão, por parte de um indivíduo aleatório, quanto a real existência de um deus. Mesmo sendo possível, não estou afirmando que existia um indivíduo ateu por excluir-se da crença comum da sociedade, mas sim que por consciência sobre a natureza do ser, sobretudo no tocante ao egoísmo inerente a existência do ser, concebe-se uma espécie de “agnosticismo” caracterizado pela percepção de que aquela divindade “convencional” pela sociedade primitiva não é coerente com as lógicas pré-concebidas.

Um Deus que, pelo contrário, é *todo* amor, como eventualmente se admite, não seria capaz de uma única ação não egoísta [...]. Mas se um homem desejasse ser inteiramente amor com esse Deus, fazer e querer tudo pelos outros, nada para si, isso também é impossível, quanto mais não seja, porque teria que fazer *muito* para si, para poder chegar a fazer alguma coisa pelos outros (NIETZSCHE, 2007, p. 128-129).

Destarte, uma divindade regendo uma sociedade é inconcebível seguindo a lógica de que todo ser, como ser, é egoísta, porquanto essa divindade tomaria suas decisões sempre em seu proveito, isso partindo do pressuposto de que realmente havia uma divindade – é claro. Não obstante, um indivíduo consciente da inevitabilidade do egoísmo é plenamente capaz de se questionar quanto à legitimidade dessa submissão moral de todos os indivíduos a uma divindade e usá-la em seu proveito e dos demais a quem lhe interessar, para auferir seus objetivos pessoais, tais como postergar a ordem vigente e interpor-se entre o povo e a divindade, numa posição hierárquica que, doravante, poderia tranquilamente ser nomeado como soberano, quiçá como faraó em algumas sociedades que depois formariam o Egito. O Estado é, portanto, produto do egoísmo humano e herculeamente interessado nas implicações do mesmo para a sua manutenção enquanto sistema organizacional, haja vista que

não é, contudo, o egoísmo que o Estado visa, mas apenas as consequências funestas do egoísmo, visto que, graças à multiplicidade dos indivíduos, todos egoístas, cada um está exposto a sofrer no seu bem estar; é este bem estar que o Estado tem em vista (SCHOPENHAUER, s.d., p. 458).

Dessa forma compreende-se a relação fundamental entre egoísmo e Estado, advindo das relações entre as divindades e seus respectivos povos. Em contrapartida, uma relação não exclui a outra, vide o quão perene é a Dívida do sentido, pois ainda há nos Estados atuais a sujeição moral às divindades, como por exemplo, a relação entre adeptos da igreja católica apostólica romana e o seu Deus, onde há um mito fundador – história de Adão e Eva – e também há um “pagamento” por essa dívida existencial: as orações, os cultos e as confissões, muito em virtude também do medo da ida para o purgatório ou para o inferno cristão.

3. Conclusão

No decorrer do presente trabalho, foi concebido um estudo comparado entre os estudos históricos compilados até hoje, com as perspectivas acerca do egoísmo de alguns filósofos como Nietzsche. Evidenciou-se como o egoísmo inerente ao ser humano pode ter sido fator determinante na transição das sociedades primitivas para a consolidação dos primeiros Estados. Essa nova perspectiva mostra o quão providencial pode ser comparar os conhecimentos das mais diversas áreas humanas, e também pode servir de alicerce para estudos inovadores acerca dessa época tão fragmentada e tão escassa em fontes.

4. Referências

- BAKOS; Margareth e BARRIOS, Adriana. *O povo da esfinge*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *O Egito Antigo*. 9 ed. Brasiliense, 1996.
- GAUCHET, Marcel. A dívida do sentido e as raízes do Estado, in: CLASTRES, P. et al. *Guerra, religião e poder*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- GRIMAL, Nicolas. *História do Egito Antigo*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*. 2 ed. São Paulo: Escala, 2007.
- SCHOPENHAUER. Arthur. *O mundo como vontade e representação*. Lisboa: Res, s.d.